O ENSINO PRIVADO NA IMPRENSA POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE DO JORNAL A REPÚBLICA, ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO DO PARANÁ (1889–1909)

Karen Vollbrecht Bruno (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Alessandro Santos da Rocha (Orientador), Renata Franqui (Coorientadora). E-mail: asrocha2@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Educação / Fundamentos da Educação / História da Educação.

Palavras-chave: Paraná Republicano; Educação; Imprensa.

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma análise dos discursos veiculados na imprensa paranaense que defendiam a Educação Privada durante a Primeira República. O estudo concentrou-se nas matérias publicadas pelo jornal A República, entre os anos de 1889 e 1909, a fim de compreender as perspectivas e os argumentos mobilizados em favor do ensino privado no contexto de consolidação do regime republicano. Nesse período, emergiram discursos que, embora valorizassem a instrução pública, também reivindicavam a liberdade de oferta educacional, especialmente por parte das camadas mais privilegiadas da sociedade. A metodologia adotada foi a abordagem bibliográfica e documental, com base em referências que tratam do contexto político-educacional da época. As fontes primárias foram as edições do periódico A República: órgão do Partido Republicano, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. Como resultado da pesquisa documental, a partir do descritor “instrução pública” encontrou-se 164 registros e 97 registros de anúncios de ensino privado, no recorte temporal de 1888 a 1902. Concluiu-se que os discursos presentes nas edições do referido jornal reclamavam a responsabilidade do Estado para com a instrução pública, com o propósito de formar o cidadão republicano, mas determinando tal educação à classe trabalhadora. Para a elite, a pesquisa documental apresentou o posicionamento do jornal na defesa do ensino privado por meio de propagandas e discursos de escolas privadas.

INTRODUÇÃO

Desde o período imperial (1822-1889), o Brasil vivia disputas quanto ao caráter da educação nacional. A questão da centralização ou descentralização do ensino era amplamente debatida, ora atribuída ao governo central, ora às províncias. Com a Proclamação da República, em 1889, a educação foi colocada como elemento estratégico para a modernização do país, seguindo um plano de descentralização da educação, como se viu no Paraná. Nesse contexto, a imprensa periódica assumiu

papel relevante, divulgando a perspectiva da liberdade de ensino, que se apresentavam como alternativa de formação para a elite.
A liberdade de ensino deu origem a um modelo dual: de um lado, a escola privada, voltada a determinados grupos sociais e inspirada em modelos europeus; de outro, a escola pública, sob responsabilidade do Estado e destinada às classes trabalhadoras, com a função de preparar a mão de obra para o projeto republicano. Como lembra Saviani (2011, p. 170), tratava-se de um debate que ratificava "[...] o princípio de liberdade de ensino [já presente na] Reforma Leôncio de Carvalho, [que] equiparou as escolas privadas aos oficiais, mediante rigorosa inspeção dos currículos".
O objetivo da presente pesquisa foi identificar, no período inicial da Primeira República (1889-1909), os discursos apresentados pela imprensa e que contribuíram para a constituição do debate realizado no Paraná, marcado pela defesa da liberdade de ensino. Para tanto, a partir da pesquisa bibliográfica e documental, recorremos ao jornal *A República: órgão do Partido Republicano,* o qual evidencia sua filiação partidária para defender seus ideais.

MATERIAIS E MÉTODOS

A educação na Primeira República tem sido objeto de análises relevantes. Para Nagle (1974), o período foi marcado pela emergência de um sistema dual, em que a escola pública convivia com a escola privada destinada às elites urbanas. Nesse contexto, a liberdade de ensino tornou-se eixo central, refletindo a tensão entre o papel regulador do Estado e a presença da iniciativa privada.
No Paraná, a Constituinte de 1892 definiu diretrizes para o ensino. Machado e Cury (2013, 2014) mostram que, embora houvesse defesa da gratuidade e obrigatoriedade, o texto constitucional foi sucinto, abrindo espaço para a atuação de escolas privadas sob fiscalização estatal.
A imprensa exerceu papel importante nesse processo. O jornal *A República, órgão do Partido Republicano*, divulgava anúncios de escolas privadas e defendia uma cidadania restrita aos letrados, excluindo grande parte da população analfabeta. Essa postura legitimava a centralidade da escola privada como formadora da elite dirigente (Carvalho, 1989).
Dessa forma, a pesquisa adota como metodologia a revisão bibliográfica e documental, fundamentada no diálogo com autores clássicos e contemporâneos da História da Educação, como Saviani (2011), Nagle (1974), Carvalho (1989), Gondra e Schueler (2008), além dos estudos de Machado e Cury (2013; 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A liberdade de ensino constituiu-se em um dos temas centrais do debate educacional no Paraná republicano, especialmente após a Constituição de 1892. Ao lado da obrigatoriedade e gratuidade do ensino público, destacou-se a abertura para a iniciativa privada, refletindo os interesses das elites em alinhar a educação ao projeto de modernização.

O jornal *A República*, criado em 1886, foi um dos principais veículos desse debate. Declarava-se aliado de periódicos como *A Província de São Paulo* e a *Federação de Porto Alegre*. Sob a redação de Eduardo Gonçalves, manteve o ideário positivista e federalista, com defesa do militarismo e da candidatura de Marechal Deodoro. Defendia, ainda, que a cidadania fosse restrita aos letrados, reforçando o privilégio das elites e divulgando a escola privada.

As primeiras leis do Paraná republicano reafirmavam a liberdade de ensino e apontavam a atuação das instituições privadas como complemento à instrução pública, embora limitadas pela falta de escolas e pela dificuldade de fiscalização. A laicidade e a obrigatoriedade também foram pautas recorrentes, mas o texto final da Constituição de 1892 reduziu-se a um artigo sobre gratuidade e caráter público do ensino (Machado; Cury, 2013, 2014).

Assim, a defesa da liberdade de ensino não se restringiu à legislação, mas encontrou na imprensa um meio de legitimação. O jornal *A República* consolidou a concepção dual de escola: pública, destinada às classes populares, e privada, voltada às elites.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a liberdade de ensino no Paraná republicano articulou-se com as disputas políticas e econômicas que marcaram a formação do Estado. A Constituição estadual de 1892 abriu espaço para a coexistência entre escolas públicas e privadas, revelando tanto a preocupação com a instrução popular quanto a defesa dos interesses das elites.

Nesse processo, a imprensa exerceu papel decisivo como agente de legitimação. O jornal *A República* propagou ideias que reforçavam a importância da iniciativa privada no ensino e fortalecia um projeto educacional alinhado à preservação dos privilégios sociais. Os diversos anúncios coletados no período demonstra a presença da disputa pela liberdade de ensino, projeto este concretizado por meio da divulgação das escolas privadas enfatizando a qualidade superior no ensino.

Dessa forma, a defesa da liberdade de ensino representou, ao mesmo tempo, um avanço em relação à diversificação institucional e a consolidação da dualidade escolar, destinando à escola pública a formação das classes trabalhadoras e à escola privada a preparação das elites dirigentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pelo Financiamento desta pesquisa no Âmbito do PIBIC/CNPq; ao meu orientador, Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha, e à minha coorientadora, Profª Drª Renata Franqui, pelo incentivo à pesquisa; à Universidade Estadual de Maringá pela formação pública e gratuita, e à minha família pelo apoio constante.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

GONDRA, J; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.** Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

MACHADO, M. C. G.; CURY, C. R. J. A educação nos anais da Constituinte Republicana do Estado do Paraná – 1892. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 227-243, jul./set. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000300015.

MACHADO, M. C. G.; CURY, C. R. J. A educação na constituição paranaense de 1892. **Acta Scientiarum. Education,** Maringá, v. 36, n. 2, p. 199-209, jul./dez. 2014. Disponível: https://doi.org/10.4025/actascieduc.v36i2.20465.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: FNME, 1974.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.